

Comitê Intersetorial da
Política Municipal para a
População em Situação de Rua



RELATÓRIO FINAL

1º SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: DESAFIOS DE ARTICULAÇÃO COM A POLÍTICA HABITACIONAL

São Paulo . 29 e 30 de agosto de 2018

UNIFESP - Edifício dos Anfiteatros

Comissão Organizadora

Coordenação Geral

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (PMSP)

Secretaria Municipal de Habitação (PMSP)

Instituições Promotoras

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC-SP)

Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB-SP)

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS-SP)

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Comitê Intersectorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua

Coordenação das Oficinas Participativas

Alcyr Barbin Neto (SMDHC-SP)

Giulia Pereira Patitucci (SMDHC-SP)

Márcia Terlizzi (SEHAB-SP)

Tássia Regino (SEHAB-SP)

Tomás Andreetta (SMDHC-SP)

Zoraide Miranda (SEHAB-SP)

Comissão Organizadora

Alcyr Barbin Neto (SMDHC-SP)

Amanda Ribeiro (SEHAB-SP)

Anderson Rosa (UNIFESP)

Carmen Lucia Albuquerque de Santana (UNIFESP)

Cássia Fellet (UNIFESP)

Célia Fiorani Villa (SEHAB-SP)

Débora Estri Motta (SEHAB-SP)

Federica Volpe (BID)

Giulia Pereira Patitucci (SMDHC-SP)

Jason Anthony Hobbs (BID)

José Fernando Conte (SEHAB-SP)

Luciana Mautone (COHAB-SP)

Magali Baptista (UNIFESP)

Márcia Maria Fartos Terlizzi (SEHAB-SP)

Marco Aurélio Lessa Villela (SEHAB-SP)

Maria da Conceição Guimarães Sabina (SMADS-SP)

Mariana Ferreira de Melo (SEHAB-SP)
Nelson Aldá (SMADS-SP)
Renata Milanesi (COHAB-SP)
Tássia Regino (SEHAB-SP)
Tomás Magalhães Andreetta (SMDHC-SP)
Vera Lucia (COHAB-SP)
Zoraide Amarante Itapura de Miranda (SEHAB-SP)

Comissão Organizadora Comitê PopRua
Conselheiras(os)

Darcy da Silva Costa (Sociedade Civil)
Denise Aparecida Bonifácio (Governo)
Edmar Imaculada Matoso (Sociedade Civil)
Eliana de Santana (Sociedade Civil)
Giancarlo Antonio Oliveira da Silva (Sociedade Civil)
José França Pereira (Sociedade Civil)
Robson César Correia de Mendonça (Sociedade Civil)

Participantes

Adriana Rosa (Sociedade Civil)
Denize Adriana Ferreira (Sociedade Civil)
Dilza Maria Ferreira da Silva (Sociedade Civil)
Edvaldo Gonçalves de Souza (Sociedade Civil)
Eliana Toscano (Sociedade Civil)
Elza Santos (Sociedade Civil)
Euder Santana (Sociedade Civil)
Fausto Henrique de Oliveira Inácio (Sociedade Civil)
Fernando Castro (Sociedade Civil)
Flávio Menezes dos Santos (Sociedade Civil)
João Carlos Vicente (Sociedade Civil)
Joselito dos Santos (Sociedade Civil)
Manoel Lucimar dos Santos (Sociedade Civil)
Manoel Messias dos Santos (Sociedade Civil)
Marcos Santos (Sociedade Civil)
Maria José Pereira (Sociedade Civil)
Micheli Victoria (Sociedade Civil)
Nilson da Silva (Sociedade Civil)
Paula Lima Frega (Sociedade Civil)

Pedro Luiz da Silva (Sociedade Civil)
Reinaldo Vilela (Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto)
Renata Mendes Santana (Sociedade Civil)
Renato Ribeiro Sena (Sociedade Civil)
Roseli Barbosa (Sociedade Civil)
Rosiene Silvério (Sociedade Civil)
Sandra Chead (Sociedade Civil)
Shirley de Oliveira (Sociedade Civil)
Sueli Aparecida Corrêa (Sociedade Civil)
Veríssimo Ligognini (Sociedade Civil)
Yone Moura (A Cor da Rua)

Gestão do site e inscrições

Flora de Oliveira Fonseca (BID)
Leana Silva Luz (BID)
Suélem dos Santos Pereira Barroso (BID)

Estagiárias

Bruna Kiselar (UNIFESP)
Giovanna Olinda dos Santos Bernardino (SMDHC-SP)
Maria Luiza Burgareli Laia Gama (SMDHC-SP)

Programação Visual

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (PMSP)

Agradecimentos

Lucy Maria Bernardo (SMDHC-SP)
Phillipe de Moraes Gama (SMDHC-SP)
Maria Luiza Mancini do Nascimento (SMADS-SP)
A Cor da Rua (UNIFESP)

Patrocínio

Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP)
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Apoio

Movimento Estadual da População em Situação de Rua

Apresentação

O presente relatório tem como objetivo sistematizar os debates em torno das sessões temáticas, sessões especiais e oficinas que compuseram a programação do *1º Seminário de Políticas para a População em Situação de Rua: Desafios de Articulação com a Política Habitacional*.

O Município de São Paulo foi pioneiro no atendimento à população em situação de rua no Brasil com a lei 12.316/1997 e a implantação de um sistema integrado com equipamentos sociais de emergência e de promoção da autonomia das pessoas em situação de rua.

Em 2004, no âmbito federal, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004), que atribui à Proteção Social Especial o atendimento à população em situação de rua. A Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), por sua vez, é instituída por meio do Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que traz em seus princípios e diretrizes, sobretudo o respeito, a dignidade, a equidade e a igualdade como norte para a garantia de direitos.

No contexto do Município de São Paulo, que reflete logicamente a estratégia nacional, as políticas públicas voltadas à população em situação de rua se estruturaram a partir do viés da assistência e do desenvolvimento social. Isso significa que a *porta de entrada* para essa população à rede pública de serviços são os equipamentos de assistência social, que visam à promoção da autonomia do indivíduo por meio de etapas do serviço de atenção social especial. Não se considera, em um primeiro momento, o acesso à moradia definitiva como resposta do Estado, a qual é entendida justamente como a *porta de saída* da política de assistência, uma vez que a pessoa já tenha adquirido certa autonomia.

A discussão acumulada de movimentos sociais, de organizações da sociedade civil e pesquisadores que trabalham com o tema, por outro lado, reforçam a importância do acesso à moradia definitiva para a população em situação de rua¹, ainda que outros aspectos da vida destas pessoas necessitem também de políticas de assistência intensivas e continuadas, que precisariam trabalhar de forma articulada.

A versão mais recente do Plano Municipal de Habitação de São Paulo - objeto do Projeto de Lei Municipal nº 619/2016 em tramitação na Câmara Municipal - incorporou de forma inovadora a demanda da população em situação de rua dentro das linhas programáticas da política habitacional. No Programa de Metas da Habitação

¹ Como, por exemplo, a produção e atuação de Luiz Kohara do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e o projeto Campos Elíseos Vivo proposto pelo coletivo Mundaréu da Luz em 2018.

2017/2020, a população em situação de rua está definida como a população prioritária para atendimento por meio do Programa de Locação Social. Dois exemplos que demonstram uma intenção de transformar a visão e a estratégia de atenção em relação à população em situação de rua.

Neste contexto, as Secretarias Municipais de Direitos Humanos e Cidadania, Habitação e Assistência e Desenvolvimento Social iniciaram em 2017 discussões sobre a elaboração de um projeto piloto de atendimento habitacional por meio das modalidades locação social e moradia primeiro para a população em situação de rua, em diálogo com os Ministérios das Cidades, dos Direitos Humanos e do Desenvolvimento Social.

O desenvolvimento desse projeto insere-se em um momento no qual a perspectiva sobre a população em situação de rua se reconstrói como problema social em função principalmente da demanda habitacional. Nesse sentido, o Conselho de Direitos Humanos, órgão da Organização das Nações Unidas, reconhece o Relatório da Relatora Especial de Direito à Moradia Digna sobre Situação de Rua como retrato de uma crise de direitos humanos. O Relatório foi apresentado na 31ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, quando foi delineado um quadro geral dos problemas observados e foi reafirmado o dever dos Estados de promover e garantir acesso à moradia adequada.

Há uma extensa produção bibliográfica sobre experiências de atendimento habitacional à população em situação de rua em países como Estados Unidos, Canadá e também no continente europeu. Esse material precisa ser estudado, pois apresenta reflexões e experiências já colocadas em prática e em muitos casos com resultados exitosos. Ainda assim, não se pode perder de vista a complexidade e a realidade do Brasil, muito diversa em relação aos países que já contam com políticas habitacionais para o público em situação de rua. Por isso, não será apenas por meio da simples importação de programas internacionais que estruturaremos uma política exitosa para a população em situação de rua do país.

Nesse sentido, a primeira edição do *Seminário de Políticas para a População em Situação de Rua* destaca como tema principal para debate os *Desafios de Articulação com a Política Habitacional*. Reunindo diferentes agentes importantes para o entendimento da questão, o evento tem como principal objetivo debater experiências colocadas em prática em território nacional e também internacional, a fim de construir um entendimento mais real da situação de rua e também de pensar em futuras políticas que enfrentem com qualidade e dignidade a precariedade existente nas cidades.

1. Seminário

1.1 Objetivo

Esse Seminário tem como objetivo qualificar as discussões no âmbito do Poder Público e as pesquisas já em curso no país no que se refere à atendimento habitacional para a população em situação de rua, contando especialmente com a exposição das práticas internacionais. A partir desse objetivo, foi elencado o tema central do Seminário, assim como os temas específicos das sessões temáticas e sessões especiais.

Atualmente a definição legal de população em situação de rua no âmbito nacional não permite trabalhar com o espectro do atendimento de moradia provisória ou definitiva sem negar a identidade de pessoa em situação de rua e dá margem para possíveis vazios de competência, quando, por exemplo, um caso concreto é identificado como situação de rua para exclusão de serviços habitacionais, mas não é visto como situação de rua para inclusão em serviços assistenciais. Por isso a escolha de uma *Sessão Temática sobre Conceitualização da População em Situação de Rua*, abordando a construção da concepção nacional e os critérios abarcados pelos Censos da População em Situação de Rua realizados no Município de São Paulo.

A *Sessão Especial sobre Moradia Primeiro* com a exposição da experiência canadense e da experiência portuguesa, juntamente com a *Sessão Especial sobre Locação Social* com a apresentação da experiência paulistana, que é a base da qual partimos para elaborar projeto piloto de locação social para a população em situação de rua, subsidiam a construção de conhecimento e também fomentam a mudança de paradigma no atendimento à população em situação de rua em favor de respostas de superação definitiva da situação de rua.

Sem perder de vista a complexidade e a interdisciplinaridade da temática, a *Sessão Temática sobre Interfaces entre Assistência Social, Saúde e Habitação* pensa os aportes necessários de outras políticas para a população em situação de rua, especialmente no tocante à saúde e à política socioassistencial, a fim de garantir a sustentabilidade da política, tanto em termos econômicos como também sociais.

1.2 Referências para a temática abordada

Como exposto anteriormente, uma série de fatores, ideias e ações concretas convergiram desde 2016 para que a discussão em torno de políticas habitacionais para a população em situação de rua se tornasse um tema em destaque.

Algumas referências bibliográficas sobre a temática também auxiliaram na construção de uma narrativa coesa e embasada para a estruturação do *1º Seminário de Políticas para a População em Situação de Rua*. Entre elas destacamos um texto de Renato Balbim de 2015 sobre Serviço de Moradia Social e Locação Social, no qual o autor se debruça sobre a conceitualização das modalidades de acesso à moradia e ainda relata as discussões acerca do tema no âmbito do governo federal². Ainda sobre o tema locação social, o texto de Francisco Comaru, Maria Carolina Ferro e Luiz Kohara nos dá um bom panorama sobre como a modalidade locação social foi pensada para enfrentar a demanda habitacional da região central de São Paulo, inclusive no tocante à população em situação de rua aos encortiçados³.

Quanto à temática da Moradia Primeiro, modalidade de acesso à habitação ainda pouco estudada no Brasil, temos como referência a produção do norte americano Sam Tsemberis, que apresenta todo o desenho do que seria uma política ideal de Housing First. Tsemberis aponta desde público alvo específico, como também as frentes de atuação da política, acompanhamento e avaliação⁴.

² BALBIM, Renato. Serviço de Moradia Social ou Locação Social: alternativas à política habitacional. 1. Ed. . Brasília: Ipea, 2015.

³ COMARU, Francisco; FERRO, Maria Carolina; KOHARA, Luiz. Locação Social como alternativa ao problema de habitação popular na região central de São Paulo. In: GARCÍA, Ariel (Org.). Espacio y poder en las políticas de desarrollo del siglo XXI. Buenos Aires, 2014, cap. 7.

⁴ PADGETT, Deborah; HENWOOD, Benjamin F.; TSEMBERIS, Sam J. Housing First: Ending homelessness, transforming systems, and changing lives. 2016. Oxford University Press, USA.

1.3 Informações gerais

Data: 29/08 (quarta-feira, das 8h às 18h) e 30/08 (quinta-feira, das 8h às 18h)

Local: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) . Auditório Marcos Lindenberg . R. Botucatu 862 - Vila Clementino, São Paulo

Público: 320 pessoas, entre vagas para sociedade civil, poder público e população em situação de rua

Inscrições: As inscrições foram realizadas na plataforma online de eventos do BID (<http://bit.ly/inscricoesseminariopoprua>); para a população em situação de rua, uma comissão fez a divulgação em equipamentos voltados ao público e as inscrições puderam ser realizadas no local

Dinâmicas propostas: As sessões temáticas abordam temas específicos e contam com exposições de convidados, seguido de perguntas da plateia e respostas dos convidados. As sessões especiais abordam os dois temas centrais do evento e contam também com exposições de convidados, seguido de perguntas da plateia e respostas dos convidados. Nas oficinas participativas foram propostos três temas de discussão com três perguntas chave e os participantes puderam escolher o tema de seu interesse para participar de forma mais ativa.

Programação:

- Dia 29/08 . quarta-feira
- das 9h às 10h

Abertura Solene: *Conjuntura das Políticas para População em Situação de Rua no Brasil e em São Paulo*

Participantes: **Magnus Regios Dias da Silva** (Pró-Reitor Adjunto de Extensão e Cultura UNIFESP); **Dayane Saraiva** (Assessora da Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social); **Fernando Chucre** (Secretário Municipal da Habitação); **Herbert Barros** (Secretário Nacional de Cidadania - MDH); **Alessandra DAvila** (Diretora do Departamento de Urbanização da Secretaria Nacional de Habitação - MC); **Berenice Maria Giannella** (Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania).

- das 10h às 12h

Sessão Temática 1: *Interfaces entre Assistência Social, Saúde e Habitação*

Coordenador: **Nelson Aldá** (Coordenador de Proteção Social Especial - SMADS)

Participantes: **Maria Teresa Amaro Duarte** (Presidente da Direção da Associação para o Estudo e Integração Psicossocial AEIPS . Portugal); **Carmen Lucia**

Albuquerque de Santana (Médica, coordenadora do projeto de extensão A Cor da Rua, professora afiliada do Departamento de Saúde Coletiva da Escola Paulista de Enfermagem); **Bárbara César Cavalcante** (Coordenadora do Departamento de Proteção Social Especial - MDS); **Alessandra D'Ávila** (Diretora do Departamento de Urbanização da Secretaria Nacional de Habitação - MC).

- das 13h30 às 15h30

Sessão Temática 2: Conceitualização de População em Situação de Rua

Coordenador: **Carlos Ricardo** (Coordenador-Geral de Direitos da População em Situação de Rua da Secretaria Nacional de Direitos Humanos - MDH)

Participantes: **Stephen Gaetz** (Diretor do Homeless Hub - Canadá); **Silvia Maria Schor** (Pesquisadora da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE); **Edmar Imaculada Matoso e Eliana de Santana** (Conselheiras do Comitê Poprua).

- das 16h às 18h

Sessão Especial 1: Moradia Primeiro: a experiência de Portugal, do Canadá e perspectivas nacionais

Coordenador: **Breno Gouvêa** (Coordenador de Housing First do Projeto Ruas)

Participantes: **Maria Teresa Amaro Duarte** (Presidente da Direção da Associação para o Estudo e Integração Psicossocial AEIPS . Portugal); **Stephen Gaetz** (Diretor do Homeless Hub - Canadá); **Rafael Lessa** (Mestre e Doutor em Direito pela USP, Pós-doutor pela Universidade de Coimbra).

- Dia 30/08 . quinta-feira

- das 9h às 12h

Sessão Especial 2: Locação social: experiência local e o projeto voltado para a população em situação de rua

Coordenador: **David Razu Aznar** (Pesquisador do Ash Center de Governança Democrática e Inovação da Harvard Kennedy School e consultor em inovação urbana do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID)

Participantes: **Luiz Kohara** (Fundador e colaborador do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); **Elisângela Cristina Flávio** (Conselheira do Comitê PopRua e moradora do Conjunto Habitacional de Locação Social Olarias); **Luciana Mautone** (Gerente da Gerência de Locação Social na COHAB-SP); **Fernando Chucre** (Secretário Municipal da Habitação).

- das 14h às 16h

Oficina Participativa 1: Locação Social para população em situação de rua - critérios de seleção e priorização da demanda e integração de políticas

Equipe de apoio: Tomás Andreetta, Tássia Regino, José Fernando Conte, Célia Fiorani Villa, Vera Lucia, Luiza Burgarelli.

Oficina Participativa 2: *Locação Social e gestão - modelos de gestão, responsabilidades e tipos de contrato*

Equipe de apoio: Giulia Patitucci, Márcia Terlizzi, Mariana Ferreira, Luciana Mautone, Renata Milanese, Marco Aurélio Villela.

Oficina Participativa 3: *Habitação Primeira - seleção da demanda, integração de políticas e especificidades de gestão e custeio*

Equipe de apoio: Zoraide Miranda, Alcyr Barbin, Débora Estri, Amanda Ribeiro, Carmen Santana, Giovanna Bernardino.

- das 16h30 às 18h

Encerramento: *Balanço do 1º Seminário de Políticas para a População em Situação de Rua*

Participantes: **Carlos Ricardo** (Coordenador-Geral de Direitos da População em Situação de Rua da Secretaria Nacional de Direitos Humanos - MDH); **Bárbara César Cavalcante** (Coordenadora do Departamento de Proteção Social Especial - MDS); **Carmen Lucia Albuquerque de Santana** (Médica, coordenadora do projeto de extensão A Cor da Rua, professora afiliada do Departamento de Saúde Coletiva da Escola Paulista de Enfermagem); **Márcia Terlizzi** (SEHAB-SP); **Alcyr Barbin Neto** (SMDHC-SP).

1.4 Oficinas

Oficina Participativa 1 **É** Locação Social para população em situação de rua **É** critérios de seleção e priorização da demanda e integração de políticas

Questões para orientar o debate

- “ Quem deve ser o público alvo de projetos de locação social para a população em situação de rua?
- “ Considerando que não haja moradia disponível para todo o público alvo definido, quais elementos devem ser valorados para definir priorizações?
- “ Que outras áreas das políticas públicas podem contribuir para o desenvolvimento da autonomia dos moradores e para o bom funcionamento do edifício, após o atendimento habitacional?

Síntese das contribuições

Os participantes tiveram opiniões divergentes quanto ao público alvo de projetos de locação social para a população em situação de rua. Houve quem defendesse que os projetos de locação social deveriam privilegiar aquelas pessoas que teoricamente teriam mais condições de se manter em unidade habitacionais autônomas, tais como aquelas com renda, que trabalham, com um nível suficiente de organização ou que estão ativamente mobilizadas por seus direitos.

Por outro lado, algumas opiniões foram em sentido oposto, defendendo que o grau de autonomia não deveria ser o critério de priorização. Estas pessoas defenderam que os projetos deveriam ser destinados a qualquer pessoa independentemente de renda ou a pessoas com baixa renda.

Ressaltou-se que os projetos não devem negligenciar o perfil majoritário da população em situação de rua (homens solteiros), respeitando-se, no entanto, outros grupos numericamente minoritários.

Foram recorrentes as sugestões de maior transparência, tanto no que diz respeito à seleção, quanto ao acompanhamento dos projetos. Destacaram que o Ministério Público, a Defensoria Pública e a sociedade civil, notadamente a população em situação de rua, deveriam fazer este acompanhamento. Foi levantada a necessidade de processos menos burocráticos e de canais de denúncia mais efetivos e foram requeridos meios de se garantir a continuidade dos projetos de locação social.

No que tange à articulação com outras políticas, frisou-se reiteradamente a necessidade de maior aproximação com as políticas de trabalho e geração de renda.

Ademais, outras áreas foram mencionadas, tais como educação, saúde e qualificação de servidores.

Oficina Participativa 2 É Locação Social e gestão É modelos de gestão, responsabilidades e tipos de contrato

Questões para orientar o debate

- “ Quais elementos são importantes na definição de regras de contratação do atendimento considerando o perfil da população em situação de rua?
- “ O que as experiências apresentadas no Seminário apontam como novas alternativas para a gestão dos empreendimentos do Programa de Locação Social, em especial daqueles destinados à População em Situação de Rua?

Síntese das contribuições

Foi recorrente a sugestão de que as cláusulas contratuais devem ser elaboradas em conjunto pela Administração Pública e pelas pessoas que receberão unidades por meio do Programa de Locação Social.

Muitas das falas frisaram a necessidade de diálogo e escuta das pessoas que ocupam as unidades habitacionais, já que cláusulas contratuais muito rígidas e que são aplicadas sem uma conversa com o beneficiário do programa por vezes violam os direitos dos beneficiários. Foi sugerida a incorporação de técnicas de mediação antes do acionamento das sanções previstas em contrato e a realização de um acompanhamento contínuo junto aos beneficiários para evitar a inadimplência, o rompimento de outras cláusulas contratuais e a judicialização de eventuais problemas. Neste mesmo sentido, sugeriu-se que os contratos dêem mais garantias, autonomia e liberdade aos beneficiários. Defenderam que o contrato deve ser um instrumento de garantia de dignidade, e menos um elemento sancionador.

Mencionou-se que o Código Civil Condominial deve ser revisto, já que não reflete a situação da população em situação de rua. Sugeriu-se que fossem criadas regras específicas para cada condomínio, previamente acordadas com os beneficiários.

Os presentes sugeriram que fossem feitos mais de um modelo de contrato.

Oficina Participativa 3 É Moradia Primeiro É seleção da demanda, integração de políticas e especificidades de gestão e custeio

Questões para orientar o debate

- “ Considerando as experiências apresentadas no Seminário, como definir o público alvo de um Programa de Moradia Primeiro, considerando a população em situação de rua?
- “ Que elementos devem ser considerados na integração das políticas de habitação, assistência, saúde, trabalho e direitos humanos?
- “ Que elementos de gestão devem ser diferentes do Programa de Locação Social em vigor em São Paulo?

Síntese das contribuições

Foram diversas as contribuições dos participantes quanto ao público alvo de um Programa de Moradia Primeiro. Houve quem defendesse que o público deste tipo de programa deveria ser prioritariamente aquele em maior situação de vulnerabilidade ou com menor grau de autonomia, como as pessoas idosas sem renda, mulheres solteiras, que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas, desempregadas, com quadro de saúde mental agravado ou que não estão acolhidas.

Por outro lado, foi também defendido que se respeitasse a pluralidade de perfis das pessoas em situação de rua. As pessoas que defenderam esta posição argumentaram que os Programas de Moradia Primeiro devem atender toda a população em situação de rua. Alguns propuseram que o público alvo deveria refletir a distribuição demográfica da população em situação de rua, com a maior parte das unidades destinadas ao perfil majoritário (homens solteiros) e respeitado um percentual de vagas para públicos minoritários.

Houve quem defendesse que não se deveria falar em um público alvo restrito, mas sim de toda a demanda habitacional da população em situação de rua. Uma das falas defendeu ainda que a população em situação de rua deveria ser compreendida em todos os projetos de habitação do Município, e não apenas em Programas de Moradia Primeiro.

No que diz respeito à integração com outras políticas, muitas pessoas defenderam que o acompanhamento em outras Secretarias não deveria ser elemento de diferenciação entre as pessoas em situação de rua que desejam uma solução habitacional definitiva via Programas de Moradia Primeiro.

A maior parte das falas pediu uma maior integração da política habitacional com a do trabalho, principalmente no que se refere a iniciativas de geração de renda, qualificação profissional e fomento ao cooperativismo. Foi mencionada a necessidade de aproximação com as políticas de assistencial social, educação, cultura, saúde e direitos humanos, com foco na prevenção da situação de rua.

Sugeriu-se ainda a criação de um comitê gestor intersecretarial, a fim de fomentar a integração das políticas e de garantir o atendimento transversal de qualidade.

Quanto à gestão, foram feitas sugestões sobre diferentes aspectos. No que diz respeito à distribuição das unidades do Programa de Moradia Primeiro, foi sugerido que elas não fossem concentradas em um único empreendimento.

Foi mencionado que o Estado deveria administrar diretamente os empreendimentos, mas com participação e acompanhamento por parte da sociedade civil, a fim de garantir transparência. No entanto, outras falas foram em sentido contrário, defendendo que o Estado deveria ter função meramente fiscalizadora.

No que diz respeito aos recursos financeiros, defendeu-se o estabelecimento de um prazo de carência sem nenhum pagamento pelo participante do Programa de Moradia Primeiro. Houve quem dissesse que o comprometimento de 30% da renda é inviável, já que ela costuma ser muito baixa em termos absolutos, porém algumas falas defenderam a manutenção da contribuição de 30% da renda, desde que acompanhada de iniciativas de educação financeira e desenvolvimento pessoal.

Por fim, foi ressaltada a importância de se manter os princípios do Programa de Moradia Primeiro, a fim de se evitar um retorno às políticas habitacionais hoje existentes.

1.5 Resultados

O alcance do seminário surpreendeu, havendo uma demanda de outras cidades para participar. Isso é interpretado como um sinal de que há muita vontade em discutir e fomentar a reflexão sobre a metodologia e as tipologias de atendimento à população em situação de rua.

Um desenvolvimento colateral também foi a reunião de atores do RJ, RS, DF e SP que tem trabalhado com a reflexão de novas metodologias de atendimento. Com a idéia de fomentar uma rede de trocas de experiência.

O envolvimento de SEHAB também foi muito importante, dado que até recentemente, pelo menos até 2013, a população de rua não era vista pela lente da demanda habitacional e desde 2016 e 2017 esse cenário começou a mudar.

As oficinas ofereceram um espaço de participação social qualificada e suas produções já foram úteis às reflexões trazidas para pensar a ocupação do Edifício Asdrúbal do Nascimento II.

1.6 Anexos

Anexo I

Documentos de base para as Oficinas

OFICINA PARTICIPATIVA 1

Locação Social para população em situação de rua - critérios de seleção e priorização da demanda e integração de políticas

O Programa de Locação Social do Município de São Paulo foi criado em 2002 em um contexto de esforços governamentais e demandas de movimentos sociais para uma política habitacional que promovesse moradia digna e acessível nas áreas centrais das cidades.

A Resolução nº 23/2002 do Conselho do Fundo Municipal de Habitação que estabeleceu o Programa de Locação Social da Prefeitura de São Paulo define como população beneficiária pessoas ou famílias cuja renda familiar seja de até 3 (três) salários mínimos ou aquelas com renda per capita de até 1 salário mínimo e, prioritariamente, que pertençam aos seguintes segmentos:

- Pessoas com idade acima de 60 anos;
- Pessoas em situação de rua;
- Pessoas portadoras de direitos especiais;
- Moradores em áreas de risco e de insalubridade.

O atual programa de locação social conta com um parque de 903 unidades habitacionais, divididas em 6 conjuntos habitacionais localizados na região central. Os moradores não são proprietários e pagam um aluguel ao Poder Público num valor proporcional à renda da família, que varia de 10 a 15%, definido em função da renda familiar e da quantidade de membros da família.

O Poder Público reconhece a importância e o potencial da modalidade locação social para promover o acesso à moradia, visto o papel estruturador que é dado à modalidade no Projeto de Lei do Plano Municipal da Habitação de 2016 e sua inserção no Programa de Metas 2017-2020, no Projeto da Parceria Público Privada Municipal de Habitação 2018 e no Acordo de Cooperação com o Banco Interamericano 2018.

No primeiro semestre de 2017, a partir de pleito de recursos apresentado pela Prefeitura de São Paulo ao Governo Federal, voltado para viabilização de solução de moradia para população em situação de rua, constituiu-se um processo de trabalho para formular alternativas compatíveis com as fontes de recursos federais. Este processo evoluiu para um Projeto Piloto de Locação Social para a População em

Situação de Rua a ser viabilizado com recursos federais do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social . FNHIS e recursos de contrapartida municipal, para reforma e construção de edifícios e terrenos de propriedade pública na área central da cidade.

Este processo de trabalho envolve as áreas de Habitação, Assistência Social e Direitos Humanos, da Prefeitura e do Governo Federal. A proposta foi formulada tendo como diferenciais que justificam a condição de projeto piloto:

- “ Promoção do acesso à moradia adequada, por meio da Locação Social, para população em situação de rua, inserida em processo de atendimento intensivo da política assistencial com vista à construção da autonomia.
- “ Estruturação de ação conjunta e integrada das políticas de Habitação, Assistência Social e Direitos Humanos na implementação desta solução.

Considerando a escala do problema da população em situação de rua na Cidade, assim como todo o trabalho em desenvolvimento na rede da assistência social, a efetivação desta proposta pressupõe a formulação de critérios e sistemática de definição da população a ser atendida, assim como de estratégias de integração das políticas que têm impacto no processo de construção da autonomia da população em situação de rua.

Esta oficina se propõe a discutir elementos para a construção dos *critérios de habilitação, priorização e seleção da demanda e integração de políticas*, passíveis de serem utilizadas em projetos do Programa de Locação Social que se destinem à População em Situação de Rua, como é o caso do Projeto Piloto do FNHIS.

Questões para orientar o debate:

- Quem deve ser o público alvo de projetos de locação social para a população em situação de rua?
- Considerando que não haja moradia disponível para todo o público alvo definido, quais elementos devem ser valorados para definir prioridades?
- Que outras áreas das políticas públicas podem contribuir para o desenvolvimento da autonomia dos moradores e para o bom funcionamento do edifício, após o atendimento habitacional?

OFICINA PARTICIPATIVA 2

Locação Social e gestão - modelos de gestão, responsabilidades e tipos de contrato

O Programa de Locação Social do Município de São Paulo foi criado em 2002 em um contexto de esforços governamentais e demandas de movimentos sociais para uma política habitacional que promovesse moradia digna e acessível nas áreas centrais das cidades.

A Resolução nº 23/2002 do Conselho do Fundo Municipal de Habitação que estabeleceu o Programa de Locação Social da Prefeitura de São Paulo define como população beneficiária pessoas ou famílias cuja renda familiar seja de até 3 (três) salários mínimos ou aquelas com renda per capita de até 1 salário mínimo e, prioritariamente, que pertençam aos seguintes segmentos:

- Pessoas com idade acima de 60 anos;
- Pessoas em situação de rua;
- Pessoas portadoras de direitos especiais;
- Moradores em áreas de risco e de insalubridade.

O atual programa de locação social conta com um parque de 903 unidades habitacionais, divididas em 6 conjuntos habitacionais localizados na região central. Os moradores não são proprietários e pagam um aluguel ao Poder Público num valor proporcional à renda da família, que varia de 10 a 15%, definido em função da renda familiar e da quantidade de membros da família.

O Poder Público reconhece a importância e o potencial da modalidade locação social para promover o acesso à moradia, visto o papel estruturador que é dado à modalidade no Projeto de Lei do Plano Municipal da Habitação de 2016 e sua inserção no Programa de Metas 207 / 2020, no Projeto da Parceria Público Privada Municipal de Habitação 2018 e no Acordo de Cooperação com o Banco Interamericano 2018.

No primeiro semestre de 2017, a partir de pleito de recursos apresentado pela Prefeitura de São Paulo ao Governo Federal, voltado para viabilização de solução de moradia para população em situação de rua, constituiu-se um processo de trabalho para formular alternativas compatíveis com as fontes de recursos federais. Este processo evoluiu para um Projeto Piloto de Locação Social para a População em Situação de Rua a ser viabilizado com recursos federais do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social . FNHIS e recursos de contrapartida municipal, com os quais se busca viabilizar a reforma e construção de edifícios e terrenos de propriedade pública na área central da cidade.

Este processo de trabalho envolve as áreas de Habitação, Assistência Social e Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo e do Governo federal. A proposta foi formulada tendo como diferenciais que justificam a condição de projeto piloto:

- “ Promoção do acesso à moradia adequada, por meio da Locação Social, para população em situação de rua, inserida em processo de atendimento intensivo da política assistencial com vista à construção da autonomia.
- “ Estruturar ação conjunta e integrada das políticas de Habitação, Assistência Social e Direitos Humanos na implementação desta solução.

O Programa de Locação Social em vigor no município trabalha com o modelo de Locação Social de Promoção Pública, pois o imóvel permanece de propriedade pública. O Programa foi criado no âmbito do CMH, e conforme as resoluções que regem o programa, compete à SEHAB coordenar o programa e assegurar o seu desenvolvimento, bem como é responsável pela definição das pessoas/famílias a serem atendidas e pelo acompanhamento socioeducativo dos beneficiários/locatários nos empreendimentos. A Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo . COHAB-SP é responsável pela administração e manutenção dos prédios, é quem calcula os gastos, assim como, é responsável pela cobrança dos valores dos aluguéis e taxas condominiais.

As resoluções do Programa de Locação Social estabelecem que cada pessoa/família pague em dia o aluguel social, que corresponde a 10% de sua renda, bem como pague as despesas condominiais e as despesas com sua unidade habitacional, ou seja, as despesas com gás, luz e telefone e outras que houver, sobre as quais não incidem subsídios.

O subsídio é aplicado somente ao aluguel social, que pode chegar a 90% do Valor de Referência (calculado com base nos custos de desapropriação, projeto e obra do empreendimento, com retorno previsto para 360 meses)

O beneficiário passa a integrar o Programa de Locação Social após a assinatura do contrato firmado com a COHAB-SP. O contrato estabelece regras , que não sendo cumpridas podem levar o locatário à perda do benefício do programa. Como exemplo, podemos citar que o não pagamento de 3 aluguéis acarretará em abertura de ação de despejo cumulada com cobrança referente aos aluguéis em atraso sem o subsídio.

Esta oficina se propõe a discutir os aspectos da gestão do Programa de Locação Social em projetos para a População em Situação de Rua, com foco nos temas: modelos de gestão, responsabilidades e tipos de contrato.

Questões para orientar o debate:

- Quais elementos são importantes na definição de regras de contratação do atendimento considerando o perfil da população em situação de rua?

- O que as experiências apresentadas no Seminário apontam como novas alternativas para a gestão dos empreendimentos do Programa de Locação Social, em especial daqueles destinados à População em Situação de Rua?

OFICINA PARTICIPATIVA 3

%Habitação Primeira+ (Housing first) - seleção da demanda, integração de políticas e especificidades de gestão e custeio

Moradia primeiro é um novo modelo de programa de atendimento à população em situação de rua baseado numa estratégia em que o acesso à moradia estável é o primeiro passo do programa. O subsídio aos custos de moradia deve garantir que a pessoa não gaste mais que 30% de sua renda nos gastos relativos à moradia. Trata-se de uma abordagem nova e que internacionalmente tem sido objeto de muitas pesquisas e debates.

Há cinco princípios estruturais:

Acesso imediato à moradia permanente: indivíduos e famílias não necessitam demonstrar a sua %preparação+ para receberem uma moradia. A habitação não é condicionada à sobriedade ou abstinência. A participação no programa é voluntária;

Auto-determinação e escolha do atendido: a pessoa participa da escolha do atendimento, dentro das possibilidades existentes;

Recuperação como princípio: o programa além de suprir necessidades básicas, se volta para apoiar a recuperação da pessoa numa perspectiva integral, devendo garantir apoio para que as pessoas possam desenvolver e manter atividades sociais, recreacionais, educacionais, vocacionais e ocupacionais.

Atenção e cuidado individualizado e orientado pelo participante: depois do acesso à moradia, algumas pessoas serão mais autônomas enquanto outras precisarão de apoio continuado ao longo da vida e em diversos aspectos. Para isso, o programa deve disponibilizar uma diversidade de tratamentos e serviços aos quais a pessoa pode aderir voluntariamente. Os apoios podem ser para estabilidade da moradia, saúde física e mental, entre outros. O acesso à moradia não pode estar condicionado à aceitação deste suporte.

Integração social e comunitária: parte da estratégia do Programa é integrar socialmente as pessoas na comunidade, o que envolve um suporte social e a garantia de oportunidades para a participação em atividades relevantes. Alguns aspectos desta integração incluem:

Separação da habitação com os serviços;

Modelos de habitação que não isolem, nem estigmatizem os participantes;

Oportunidades para engajamento cultural e social são apoiadas por meio do trabalho, das atividades de ensino e recreacionais.

Todos os programas de Moradia Primeiro compartilham destes elementos, mas há grande variação em como o modelo é aplicado. Cada local tem suas características, assim como recursos e desafios diferentes.

Nos países em que é adotado, o Moradia Primeiro tem como público alvo pessoas em situação de rua crônica, definido como pessoas que vivem sozinhas, têm algum comprometimento físico ou mental e que vivem continuamente em situação de rua ou recorrentemente.

Os compromissos básicos para participar do programa são: 1) receber visitas semanalmente da equipe de acompanhamento; e 2) destinar 30% da renda para os custos da moradia.

Por tudo isso, mas também pela escala do problema na cidade de São Paulo, é que a implementação de uma experiência de Moradia Primeiro requer uma reflexão sobre o que é diferente aqui e como isso afeta o desenho que deve ser adotado para o programa. Este é assunto dessa oficina.

Questões para orientar o debate:

- Considerando as experiências apresentadas no Seminário, como definir o público alvo de um Programa de Moradia Primeiro, considerando a população em situação de rua?
- Que elementos devem ser considerados na integração das políticas de habitação, assistência, saúde, trabalho e direitos humanos?
- Que elementos de gestão devem ser diferentes do Programa de Locação Social em vigor em São Paulo?

Anexo II

Produtos das Oficinas

Oficina Participativa 1 É Locação Social para população em situação de rua É critérios de seleção e priorização da demanda e integração de políticas

Pagamento com relação à renda das pessoas.

O endereço é importante para ter documentação e para conseguir emprego.

Precisa ser reolhado o critério dos pagamentos com relação à renda da população que se encontra na rua.

Priorização de pessoas que estão melhor organizadas para assumir os gastos com a moradia.

Por que a demora de prover a habitação? Inclusive com alternativa de mutirão.

Não adianta pegar um morador de rua sem estrutura e colocar direto numa casa, é necessário oferecer um suporte antes. Remanejamento: albergue>república>moradia.

Quando se fala em população de rua se deve pensar na renda fixada no valor da bolsa família, R\$ 91,00. Prioridade para pessoas com perfil de bolsa família. Inclusão produtiva. Prioridade para pessoas com trabalho.

Renda baixíssima. A soma das rendas pode ainda ser inviável para arcar com as despesas da moradia. O programa deve ser desenhado considerando a capacidade de pagamento da população em situação de rua. Priorizar quem ganha menos. Capacitação adequada ao mercado de trabalho (articulação).

CadÚnico é um programa e moradia é outro programa. A renda proveniente de programas sociais não deve ser considerada para o pagamento da moradia. Programa social não deve ser considerado renda.

Transparência na seleção de demanda para garantir que essas pessoas atendidas realmente estejam em situação de rua.

Pessoas no centro de acolhida ou na rua estão em situações similares, isso não deve ser considerado para hierarquização da demanda.

Housing First (Moradia Primeiro) deve ser implementado como se fosse um SUS, disponível a todos que têm direito à moradia. Não deve haver um processo de escada para ter acesso a casa. Para ser feita a seleção da demanda deve ser feito um processo participativo com a representação dos moradores de rua.

Apoiar para ter renda de verdade. Mais oportunidade de trabalho e educação. Outras regras para inclusão no programa auxílio aluguel.

Prestações compatíveis com o valor ganho pela família de maneira geral.

Melhorar a qualificação profissional dos servidores públicos para ter mais conhecimento da situação dos moradores de rua. Melhorar a fiscalização e a transparência dos programas. Melhorar acesso à ouvidoria para queixas dos maus profissionais.

Ressaltam o papel importante do MP e da Defensoria nesse processo.

Quem fiscaliza? Quem acompanha? Existirá termo de compromisso? Desburocratizar de maneira a deixar mais adequado às condições da população de rua.

Integrar com políticas de trabalho.

Importante deixar claro todas as despesas (água, gás, condomínio, etc.).

Como os moradores em situação de rua receberão as informações dos programas?

Precisa garantir que a mudança de gestão não irá descontinuar o programa.

É preciso garantir instrumentos para que a população possa acompanhar a implementação do programa.

Foi feito um chamado a todos os presentes para formar um grupo de acompanhamento da implementação do programa.

Diferença de família e pessoa sozinha.

Quem luta é que deve ser prioritário no atendimento.

A participação na construção do programa não deve ser considerado, porque muitas pessoas não têm possibilidade em participar.

As unidades devem ser distribuídas em todos os perfis considerados, sem excluir.

Asdrúbal não é migalha.

O perfil majoritário da população de rua são homens sozinhos e não podem ser desconsiderados.

Articulação (intra e intersetorial) das Secretarias de Habitação com Trabalho e Saúde nesse projeto piloto.

Considerar que o programa inclua as famílias que foram desfeitas para que possam ser recompostas.

Garantir que na lei seja estabelecida a continuação do programa por tempo indeterminado.

Oficina Participativa 2 É Locação Social e gestão É modelos de gestão, responsabilidades e tipos de contrato

Lia: Conceito de família . vamos ver como o IBGE define. No CDHU/Programa de Atuação em Cortiços no início a pessoa está sozinha, mas posteriormente ao atendimento habitacional o morador traz mais gente para morar . com relação de parentesco.

É possível que o morador, mesmo tendo descumprido as regras, realize junto ao juiz solicitação de permanecer. Qual será a sanção?

Situação no jurídico, como pensar a questão do gestor para estes casos.

Judicialização.

Ítalo: Os gestores devem ter cuidado nas propostas para dar mais escuta, mais autonomia à população. Legislação existente de acordo com a Constituição de forma a dar maiores garantias aos beneficiários. Hoje muitas regras prejudicam a população.

Envolver a Defensoria Pública de S. Paulo (estadual/ federal) . Código Civil Condominial, deve ser revisto, pois não reflete a situação da população em situação de rua e população/ demanda de HIS (Lei federal)- equidade no Código Civil , por ex: quando da inadimplência , ao invés de ações de despejo, ter mais diálogo e acompanhamento contínuo. Maior liberdade à população.

Regras mais específicas para cada condomínio.

Elisângela: alteração de governo com paralisação de atividades de apoio à gestão. Muitos moradores saíram dos apartamentos para não ser despejados, pressionados, constrangidos e com medo de situações vexatórias (sem autonomia de sobrevivência). Falta de continuidade. Fizemos uma tentativa de Estatuto Interno, mas não conseguimos implantar.

Mediação: as regras não fortalecem a autonomia.

Michael: questão de prostitutas, questão de segurança. Muitas pessoas entram nos condomínios para roubar, serviços ilegais, prostituição porque falta moradia.

A habitação poderia ter regra específica, renda, bolsa-família, com prioridade as mulheres com filhos em situação de rua. Auxílio às pessoas para não precisar ações ilegais, etc. Apoio financeiro.

Carla: Precisam ser elencados os desafios já apontados e vivenciados, para ter um quadro geral (Mapa) da situação para, a partir delas, criar as propostas.

A gestão compartilhada parece estar sendo construída.

Tivemos uma experiência em Osasco de agrupar pessoas em unidades habitacionais, mas não conseguimos monitorar. Regras criadas pelo grupo previamente. Discutir mais. Pode ser uma das possibilidades, entre outras.

Tentar não reproduzir o sistema capitalista de mercado na disponibilização das unidades habitacionais (meritocracia).

Acompanhamento permanente para evitar a inadimplência, entre outros problemas. Considerar o cenário nacional de precarização do trabalho. A maioria tem renda informal.

Rodrigo: Funcionário público na área de Saúde. Atualmente na equipe social.

Preocupação com não ouvir a própria PSR.

A maioria é solitária, eventualmente, uma pessoa poderia compartilhar uma unidade habitacional com outras pessoas.

Experiência de uma pessoa que recebeu uma unidade sem infraestrutura, longe da cidade, sem serviços urbanos, que foi uma experiência ruim.

Necessita de apoio continuado do estado.

Ter uma espécie de transição, não direto da rua para uma unidade, esta metodologia %ornada da autonomia+

Patrick: Muita gente da rua não tem tanto valor para os outros. A pessoa fica perdida sem apoio. Longe de família. Trabalhar com a comunidade que hoje está junto. Esta é a família atual. Grupo a que pertence a ser mantido, no mesmo apto ou no mesmo edifício.

A Rede Cidadã sempre nos ajudou, pode ser ouvida.

Ajuntar na Zaki, conversar lá. Ver o que é melhor . trabalho social. Levar técnicos nos locais de moradia atual da PSR para ver o que tem a dizer, antes de fechar o programa.

Regina: Aqui temos poucas pessoas em situação de rua, deveria ter mais momentos de oficinas, para formular, principalmente os contratos. Regras devem ser criadas em conjunto com eles. A questão do vínculo é fundamental, entre eles, e também com os técnicos que farão o acompanhamento psicossocial.

Deveria ter mais gente aqui da Assistência Social, mais técnicos participando do debate. Criar contato com organizações e ter critérios para a escolha das entidades parceiras. Envolver a Secretaria de Trabalho e Renda para que a população tenha reais chances de ter trabalho e renda. Equipes mais dinâmicas, com áreas de convívio coletivo. O Contrato deve ser visto como elemento para a dignidade e não uma ameaça no caso de seu descumprimento.

Telma: Dar voz a quem quer falar. Perfil da demanda melhor elaborado. Entender que há uma população com vínculos, que querem morar próximos. Ver a questão da

equidade. Evitar a exclusão. A Assistência Social sempre achou que era só dar casa, mas vejo que deve ter um trabalho transversal entre as áreas envolvidas para dar melhor manutenção de moradia, para depois não romper com a conquista e não abandoná-la e voltar à situação de origem.

Patrick: Todos têm que ser ouvidos, os moradores e os técnicos, uma real parceria.

Ítalo: Contrato não pode ser muito contábil. Pensar até no formato, mais politizado. No contrato:

Garantir a diversidade: gênero, raça e etnia; equidade;

Pré e Pró-ocupação: tempo maior, no mínimo um ano, junto com a Assistência, guardadas as diferenças entre o Housing First e a jornada.

Mais de um modelo de contrato.

Autonomia e a auto-estima da população.

Ex: Projeto Terapêutico Singular . Sec. Da Saúde

Elisângela: Alguns têm autonomia e outros não. Tem que acompanhar antes de morar no edifício. Dignidade, apoio do poder público para ter um emprego, que leva a melhor auto-estima. Atentar para as divergências já existentes na relação entre a PSR e o Movimento Social.

Carla: ontem foram apresentadas duas metodologias. A Housing First propõe inverter a lógica de atendimento, a partir da necessidade apresentada pelo beneficiário. O acesso à moradia leva a necessidade de outros cuidados, ações e melhorias. Nova perspectiva: oferta nova que seria mais assertiva.

Michael: montar um grupo com assistentes sociais e psicólogos para conversar com os moradores. Tem que ir a base para montar os critérios, com organizações internas, equipes diretas, que criem os vínculos para a melhor gestão. Evitar guetos. Gestão compartilhada.

Lia: Pelo fato de estar na rua, tem uma carga psicológica bastante grande?

Oficina Participativa 3 É Moradia Primeiro É seleção da demanda, integração de políticas e especificidades de gestão e custeio

Usuários de substâncias psicoativas fazem parte do Público? Sim

O que não deu certo no programa anterior de moradia primeiro (DBA)?

Problemas com o tráfico.

O DBA deu certo, mas a gestão não funcionou.

O Público alvo:

Deve ser aquele que não tem renda.

Que está em situação de rua e que está em extrema pobreza.

Idoso entre 60 e 65 anos que está em albergue sem renda.

Que atenda todas as pessoas em situação de rua.

Sugestão de prazo de carência sem nenhum pagamento.

Acesso às pessoas que estão na calçada (não é necessário passar pelo abrigo antes).

Não é necessário estar trabalhando.

A demanda deve reconhecer perfis diferentes incorporados nesta experiência com porcentagem de vagas específicas. Não ligar a outro tipo de programa como ~~Trabalho Novo~~. É importante que todos os segmentos sejam contemplados igualmente no projeto piloto. Isto é a porcentagem seria a mesma para todos os segmentos.

Mulheres solteiras devem ser incluídas.

Público alvo seria uma ~~de~~ desculpa para o poder público não implementar uma política universal. Não se deveria segmentar as pessoas em situação de rua. O público alvo deveria ter como base os dados do Censo. Se são 20000 pessoas, seriam 20 mil pessoas o público alvo. Não trabalhar com o concreto, mas a partir das necessidades das pessoas.

Outra sugestão: cota do público majoritário, mantendo as prioridades.

Outra sugestão: 50% homens e 50% mulheres (incluindo idosos, LGBT, mulheres trans, mulher vítima de violência); não deve ser definido pela assistente social.

Critério de inclusão seria a autonomia das pessoas: casos crônicos, transtornos mentais e dependência química (o mais difícil). O modelo americano. Porcentagem de vagas para um público com mais autonomia e outro com a proposta do modelo original priorizando as pessoas com menos autonomia (transtorno mental, crônicos, etc.).

Dividir porcentagem igualmente entre todos os segmentos, não privilegiar apenas um segmento.

Como serão conduzidos os casos onde a pessoa não tenha condições de trabalhar? O desemprego é geral e mesmo com programas de emprego algumas pessoas ainda estarão desempregadas.

Primeira proposta: 30% do salário é muito, pois a renda é muito baixa.

Outra proposta: manter os 30% da renda das pessoas, pensando em educação financeira, desenvolvimento da autonomia, utilizar a média mundial.

Gestão do Estado, não ser gestão por ONGs

Política intersetorial com a Assistência, a Saúde (CAPS), Trabalho e outras Secretarias, como Educação e Cultura.

É importante trazer saúde e trabalho desde a construção da proposta, sob coordenação da SEHAB. Criar estratégias de trabalho intersetorial.

Todos os programas da SEHAB deveriam ter porcentagem destinada às pessoas em situação de rua. Não ficar apenas no projeto moradia primeiro.

Pensar em situação concreta a partir de um determinado número de empreendimentos possíveis. Necessidade de priorizar. Pensar uma situação concreta, como e quem vai ser este público

Projetos de reinserção no mercado de trabalho, possibilidades de cotas de 10% para emprego

É possível locação social conviver com o programa moradia primeiro, considerando a diversidade dos segmentos que vivem em situação de rua. Pessoas que necessitam de um apoio maior ficariam no programa Moradia Primeiro.

O que fazer após a entrega das chaves?

Intersetorial sempre: habitação, saúde, trabalho, educação e direitos humanos.

Assistência Social só entraria dependendo do gestor.

Sugestão de Programa de Apoio à Geração de Trabalho e Renda para os participantes do Projeto Moradia Primeiro: Criar fonte de renda para aqueles que não estão trabalhando, para não ~~pesar~~ para ninguém (por ex. projetos com os catadores).
Levar em conta a experiência da pessoa participante do projeto, a pessoa deve escolher o tipo de casa e como vai organizá-la.

Importante participação da secretaria de obra e de serviços, além da Assistência Social. Trabalhar em conjunto com os catadores no processo de construção.

Sugestão de modelos de cooperativas para os participantes.

É necessário realizar a capacitação e atualização para o mercado de trabalho para os participantes do programa, por exemplo, para a capacitação para trabalhar na construção civil.

~~Queremos casa~~, é importante sermos mais ~~agressivos~~ na comunicação das nossas necessidades do programa. Sugestão de alterar os critérios de prioridade para o projeto piloto, porque os homens solteiros nunca são beneficiados por nenhuma política. Considerando 85% de homens solteiros na pop rua, é importante oferecer uma melhor alternativa ao albergue para este grupo.

É importante ter um apoio da saúde, moradia digna e trabalho digno.

O endereço da moradia primeiro não deve ser estigmatizado, sugestão do endereço não ser anunciado.

É importante a participação da Secretaria de Habitação neste processo, e refletir como a demanda da pop rua será levada para SEHAB. Nem todos consideram que a pop rua seria uma demanda específica para políticas habitacionais. Pensar como se levará isso ao conselho de habitação.

Se for falar em gestão é importante considerar que o poder público muitas vezes falta com a verdade; portanto é importante a gestão não ser exclusivamente do poder público. É importante que a gestão seja compartilhada com a sociedade civil.

Seguir os princípios do Moradia Primeiro, e tomar cuidado para não flexibilizar os princípios e voltar àquilo que a gente já faz.

Pensar no modelo original onde as pessoas não ficam concentradas em um prédio só (ou nos 9 prédios previstos no município). Problema do DBA, o prédio ficou segregado e habitado por diversas pessoas altamente vulneráveis e dependentes.

10% de cada estabelecimento ser housing first (Moradia Primeiro), ao invés de concentrar todos em um prédio só. Exemplo de Brasília, pessoas distribuídas nos vários estabelecimentos, em conjunto com outras famílias.

Gestão

Gestão compartilhada, o estado deve ser apenas o órgão fiscalizador. Considerar a necessidade e a experiência da rua, mantendo a independência na gestão.

Trabalhar a autonomia na gestão do território; deve-se acreditar que as famílias devem fazer a gestão do território. Isso deve ser incluído no pós morar.

Discussão conjunta sobre os critérios de inclusão da família, a equipe deve ser intersecretorial e o processo deve ser participativo, mas não amarrada ao fato de ter todas as secretarias sempre no campo em todas as visitas. Isto atrasaria muito o processo de acompanhamento das famílias. A sugestão é de formar um Comitê Gestor Intersecretarial com a participação da sociedade civil, que faça a gestão das equipes que irão ao campo. Utilizar experiências bem-sucedidas de estratégias de implantação da intersecretorialidade (ex. Santo André).

Observação

Moradia Primeiro é política imediatista para resolver o problema das pessoas em situação de rua, é importante dar profissão para a dignidade, para caminhar com as próprias pernas. Para as pessoas não ficarem dependentes, ou vender as casas como aconteceu nas casas da COHAB.

Investir em prevenção da situação de rua, dar as condições à pessoa não chegar à situação de rua.